

Sarney quer MDB ajudando nas reformas

Apesar dos líderes e dirigentes do MDB já terem se manifestado descrentes quanto às mínimas possibilidades de entendimentos com Parlamentares da Arena, em relação as reformas políticas, o relator da Comissão Mista do Senado, Senador José Sarney, disse que pretende voltar a se encontrar com os opositores, lembrando que "não é possível que o MDB deixe de colaborar com um projeto que restaura o estado de direito no País".

O desânimo em relação a um acordo com a Arena, é creditado às informações recebidas oficialmente pela Oposição, no sentido de que o Governo não admite aprovar emendas que venham a descaracterizar as salvaguardas do Estado e as reformas do "pacote de abril", conforme o desejam os emedebistas. No entanto, ontem, Sarney (Arena - MA), anunciava que, depois de elaborar um estudo das diversas emendas, voltaria a manter contatos "com o Senador Paulo Brossard e outros líderes opositores".

Dando a entender que está disposto a discutir com a oposição visando a um acordo entre os dois Partidos, em torno das emendas que possam vir a ser aprovadas, o Senador em seguida levantou a questão fundamental: - Podemos dialogar mas, a filosofia do projeto, que é de democracia com salvaguardas do Estado, é intocável".

Em sua conversa com alguns líderes do MDB, dias atrás, inclusive com a participação do Senador Paulo Brossard, José Sarney disse ter transmitido à oposição, a informação de que não poderia admitir a omissão do MDB "para aprovação de um projeto que restabelece o estado de direito e constitui um passo a mais no caminho da plenitude democrática".

O relator do projeto de reforma espera ter na próxima terça-feira uma visão de conjunto das emendas, que mostrem os anseios de todo o Congresso, para ouvir o seu partido e, em seguida, iniciar o trabalho de contacto político e de elaboração legislativa. O senador maranhense promete apresentar seu parecer sobre as emendas até o dia 27, dentro do prazo, que não deseja prorrogar, prerrogativa que lhe é facultada.

Sarney continua a afirmar ser possível melhorar o projeto, acreditando na possibilidade de um diálogo com os opositores e com os dissidentes (sexta-feira, ele esteve com o Sr. Magalhães Pinto). Ele acha que o decreto do Governo proibindo greve nos serviços públicos essenciais não compromete a abertura, mas, pelo contrário, garante - a, evitando que so brevenham retrocessos.

No encontro que teve com o relator do projeto de reforma constitucional, sexta-feira passada, o Senador Magalhães Pinto defendeu o entendimento entre os dois partidos e aconselhou o

Sr. José Sarney a examinar com atenção as emendas apresentadas pelo Senador Accioly Filho, com a sua assinatura, as quais dispõem sobre eleição direta de Governadores e Senadores (separadamente), medidas de emergências e estado de emergência (reduzindo os prazos de vigência das excepcionalidades) e reorganização de partidos com exigências mais suaves que a proposta do governo.

O ex-líder do MDB na Câmara, Deputado Laerte Vieira, afirmou, de sua parte, que o governo demonstra claramente que a abertura política não passa de uma farsa quando o Presidente da República resolve baixar um decreto-lei "ampliando as restrições ao direito de greve".

O parlamentar catarinense afirmou que, se são intocáveis as salvaguardas do Estado e as medidas adotadas pelo Presidente da República em abril do ano passado (pacote de abril), com faculdade revolucionária, "então para que apresentar emendas?".

"É preferível deixar a situação como está do que aprovarmos um projeto que não ofereça garantias democráticas, como este do governo. Aquilo é um AI-5 revigorado. Convivermos com a exceção é uma coisa, mas elaborar uma nova ordem constitucional para incorporar, em seu texto, medidas de arbítrio, como as chamadas medidas de emergência e o estado de emergência, e muito sério", disse.

Laerte Vieira acusou o Governo de baixar, através de Decreto-lei, uma nova lei de greve, "no exato momento em que acena para o país com a oportunidade de uma abertura política". Para ele, o governo demonstra insegurança, "pois promete abrir e, em seguida, comete o grande recuo, que já é, em si, um retrocesso".

Disse que manifestou ao Deputado arenista Célio Borja sua convicção de que o atual governo não tem credibilidade para fazer nenhuma promessa de reforma:

"Se as reformas vigorarão depois das eleições, chegamos à conclusão de que o governo condiciona sua vigência ao resultado eleitoral. Se não for favorável ao seu partido, como tudo indica, extingue os partidos, pune cidadãos, enfim, de posse do arbítrio, faz o que quiser".

Essa ação concreta do governo demonstra que, à oposição não resta outra alternativa senão buscar nas eleições diretas de novembro uma saída. O deputado catarinense também deplora que seu partido se tenha perdido na discussão interna a respeito das candidaturas Euler e Magalhães Pinto, perdendo de vista o objetivo principal, que é a eleição direta de novembro.

Líderes arenistas criticam o fato de o MDB ter passado todo o recesso sem ter encontrado "uma idéia nova" para apresentar ao projeto de reforma constitucional.